

ENTRE LÁGRIMAS E RISADAS: O ENSINO DO PERÍODO MÉDICI
ATRAVÉS DAS CHARGES D' *O PASQUIM*

**BETWEEN TEARS AND LAUGHS: TEACHING IN THE PERIOD OF
MÉDICI THROUGH THE CARTOONS OF THE WEEKLY
PUBLICATION 'O PASQUIM'.**

Ananda Simões Fernandes*

Charles Sidarta Machado Domingos*

Resumo:

O presente trabalho abordara o ensino da ditadura civil-militar brasileira, com especial ênfase no período de governo do ditador Emílio Médici (30/10/1969 a 15/03/1974), com o auxílio de algumas charges selecionadas do semanário *O Pasquim*, enfatizando as possibilidades de utilização do discurso visual pela história.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar brasileira; O Pasquim; Ensino de História

Abstract:

This article addresses teaching the Brazilian civil-military dictatorship, with special emphasis on the period of the Dictator Emílio Médici (10/30/1969 to 3/15/1974), with the use of some cartoons selected from the weekly publication *O Pasquim*, emphasizing the possibilities of using visual speech by history.

Keywords: Brazilian civil-military dictatorship; O Pasquim; Teaching of History

Em nosso país, embora algumas expressões populares estejam fortemente consolidadas no senso comum, cabe ao professor de História desmistificá-las. Uma dessas expressões afirma que “A voz do povo é a voz de Deus”, sem em nenhum momento interrogar-se porque Deus fala através do povo, ou mais propriamente, de que voz estamos falando: da voz de um povo que pode expressar livremente suas opiniões, ou da voz de um povo controlado por meios coercitivos impostos por uma elite política? Outra expressão do senso comum, também fortemente arraigada na nossa sociedade, sugere de forma definitiva que “Uma imagem vale mais do que mil palavras”. No entanto, para realizar essa sentença capital, foi necessária a

* Licenciados e Bacharelandos em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

utilização de... palavras. Portanto, nenhuma dessas duas expressões está consubstanciada nesse trabalho realizado com o intuito de recuperar a voz do povo através do uso de imagens no período mais duro da ditadura imposta em nosso país, na tentativa nossa, de professores, de impedir que mais uma expressão de senso comum se consolide em nossa sociedade, quer seja aquela que assevera que “O tempo bom era o tempo da ditadura”.

Para a realização do trabalho proposto, estamos de acordo com Enrique Padrós quando este se refere à escola da seguinte maneira:

Mas também pode (e deve) entendê-la como um espaço social onde se estabelecem relações interpessoais e onde, é claro, os alunos podem exercitar a cidadania. A escola, vista numa leitura de escala como microcosmos, constitui o cenário no qual coletivos de indivíduos precisam cooperar entre si, lidam com conflitos, pautam-se por códigos específicos, assumem atitudes, atendem necessidades e manifestam seus interesses (PADRÓS, 2002: 40).

Assim como o professor citado, entendemos a escola como o microcosmos da sociedade. E mais: a entendemos como um espaço privilegiado, capaz, por acepção e definição, de transformar a realidade existente. E, dentro desse entendimento, queremos que a História seja uma ativa participante do processo, o que mais facilmente ocorrerá se ela, a História, e os alunos se sentirem integrados, próximos, como observam Carla e Jaime Pinsky:

Quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado a exercer. O verdadeiro potencial transformador da História é a oportunidade que ela oferece de praticar a “inclusão histórica” (PINSKY; PINSKY, 2004: 28).

E de que formas isso pode ocorrer? Como realizar essa aproximação dos alunos com a História? Pensamos que isso possa ocorrer através do papel do professor na conjugação didática do conteúdo e da forma do ensino de História. Como conteúdo, acreditamos que:

O passado deve ser interrogado a partir de questões que nos inquietam no presente (caso contrário, estudá-lo fica sem sentido). Portanto, as aulas de História serão muito melhores se conseguirem estabelecer um duplo compromisso: com o passado e o presente (PINSKY; PINSKY, 2004: 23).

E, referente à forma, nosso entendimento se coaduna com o de Leandro Karnal, quando este diz que utilizar outras ferramentas, além do texto, são necessárias:

O texto é muito importante, nunca deve ser abandonado, mas o objetivo é fazer pensar, e, assim, o texto é um instrumento deste objetivo maior. Lembre-se de que há outros instrumentos. A sedução das imagens deve ser uma alavanca a nosso favor, nunca contra nós. Usar filmes, propagandas, charges, desenhos, mapas: tudo pode servir ao único grande objetivo da escola: ajudar a ler o mundo, não apenas a ler letras (KARNAL, 2002: 20).

O grande mérito, a nosso ver, da proposta de Karnal está na dosagem entre as diferentes ferramentas didáticas. Nem tanto ao céu (iconografia), nem tanto ao inferno (texto), segundo a ótica de que texto é obrigação, charge é diversão. Essa não é a nossa ótica! A nossa visão é de que tanto o texto quanto a charge são, simultaneamente, obrigação e diversão. E o que lhes dá essa dimensão é a dosagem da aplicação dessas ferramentas de formato de desenvolvimento do estudo de História em sala de aula.

A partir dessas considerações, é importante contextualizarmos nossa proposta de trabalho no período de sua análise. O governo Médici caracterizou-se pelo auge da repressão, fundamentada principalmente no Ato Institucional nº. 5 (AI-5),¹ fazendo com que esse período seja conhecido na historiografia como “os anos de chumbo”. Entretanto, é importante lembrar que o governo Médici foi precedido por vários acontecimentos que ameaçaram a estabilidade dos militares no aparelho do Estado.²

A violência física e institucional alcançou níveis extremos neste governo, tornando sistemáticas certas práticas repressivas como a tortura e o extermínio. Os militares alegavam que se vivia um momento de “guerra interna”, na qual o inimigo a ser derrotado era qualquer um que questionasse e se opusesse ao modelo político-econômico vigente. Assim, foram gerados os “desaparecidos”, pois o regime militar, com essa prática, obteve uma grande eficiência repressiva aliada a uma responsabilidade mínima.

Outras práticas coercitivas foram utilizadas pelo regime de exceção, entre elas, a censura, que funcionou como um eficaz instrumento repressivo. Oficializada legalmente em 1967, com a Lei de Imprensa, adquiriu um caráter cada vez mais violento com o AI-5, atingindo seu apogeu no governo Médici.

¹ O AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968, atribuiu ao Executivo o poder, entre outros, de fechar o Congresso Nacional, de cassar os mandatos eleitorais, de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, de suspender o direito de *habeas corpus* no caso dos crimes contra a Segurança Nacional.

² Essas considerações são uma síntese de uma pesquisa realizada sobre o semanário *O Pasquim* e suas atividades no governo Médici. Para maiores informações, ver FERNANDES, 2004.

Coriolano de Loyola Cabral Fagundes, censor durante o governo Médici, na obra *Censura & liberdade de expressão*, comenta que “se não é ela [a censura] um bem, pelo menos é um mal necessário” (FAGUNDES, 1975:27).

Já no que se refere à imprensa, ele comenta:

Constituição: art. 153, § 8º

É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes (FAGUNDES, 1975:334-35).

Até o início de 1969, a censura era realizada por oficiais do Exército; depois, começou um período de autocensura, a mando dos militares, por parte dos donos de jornais. Em setembro de 1972, a questão da censura foi assumida pela Polícia Federal.

A grande imprensa brasileira dos anos 1960 e 1970 aliou-se ao poder, assumindo como seu o projeto dos militares. Somente o jornal *Última Hora* se opôs ao sistema, tanto que “o golpe militar continha dentro de si um golpe particular dos próprios barões da imprensa contra o único concorrente de peso, popular e nacionalista, a rede *Última Hora*” (KUCINSKI, 1991:57). Fuzileiros navais ocuparam as redações do *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa*, *O Globo* e também da *Última Hora*, sendo que este periódico desapareceria pouco tempo depois. Os jornais populares ou de partido também foram extintos, tais como *Novos Rumos* (PCB), a *Classe Operária* (PC do B), entre outros.

Através da Lei de Imprensa de 1967, o ministro da Justiça podia determinar a apreensão de qualquer jornal ou revista que contivesse propaganda de guerra, promovesse incitamento à subversão da ordem social e política e ofendesse a moral pública e os bons costumes, sendo que o poder de intimidação foi reforçado com a Lei de Segurança Nacional, na qual o artigo 16 previa a detenção de até um ano para “o jornalista que divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa, ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor o povo com as autoridades constituídas” (BERGER, 2003:58).

Nessa conjuntura tornou-se importante o surgimento de um espaço de oposição que fosse de encontro a este “vazio” de informações críticas gerado pela autocensura dos grandes periódicos. Desse modo, surgiu um dos movimentos contestatórios mais marcantes da ditadura militar: a imprensa alternativa. A palavra “alternativa” corresponde a algo que não está vinculado à política dominante, assim como representava o desejo das gerações dos anos 60 e 70 de protagonizarem as transformações sociais que almejavam (KUCINSKY, 1991). Apareceram *Opinião, Movimento, Em Tempo, Coojornal, Informação, Amanhã*, entre vários outros, e *O Pasquim*, um dos periódicos mais expressivos da imprensa alternativa durante este período: “*O Pasquim* pegou uma época danada, não acontecia nada, a imprensa estava uma porcaria e, de repente, surge um jornaleco, usando a linguagem falada, para chegar ao povo” (JAGUAR, 1981:98).

A idéia de fundar *O Pasquim* nasceu quando Tarso de Castro (que era responsável por uma coluna política em *Última Hora*) resolveu, após a decretação do AI-5, tratar ironicamente o acirramento da censura. O grupo que criaria este semanário inicialmente pensou em utilizar uma revista já existente, *Carapuça*, lançada em agosto de 1968 pelo jornalista Sérgio Porto. Com sua morte, foram realizadas algumas discussões para decidir a continuidade da revista ou a criação de um jornal, sendo esta última a resolução tomada. Participaram dos encontros os fundadores deste novo periódico: Jaguar, Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Carlos Prospero, Claudius, Carlos Magaldi e Murilo Reis. Surgia, assim, *O Pasquim*, em junho de 1969, na cidade do Rio de Janeiro. Outros nomes conhecidos do humorismo e do jornalismo brasileiro passaram pelo jornal, como Millôr Fernandes, Ivan Lessa, Henfil, Ziraldo, Luis Carlos Maciel e Paulo Francis. Quatro foram os grandes alvos d’*O Pasquim*: o regime civil-militar, a censura, a grande imprensa e a classe média.

O sucesso desse semanário foi tão grande que o primeiro número alcançou a tiragem de 20 mil exemplares, sendo que, quatro meses depois, chegava a 100 mil exemplares. Em 1970, atingiu 220 mil exemplares vendidos. Os militares começaram a ficar incomodados com o jornal, principalmente devido ao seu rápido crescimento de vendas.

Em novembro de 1970, metade da equipe do *Pasquim* foi presa, ficando detida por dois meses. O jornal foi proibido de comentar sobre a prisão dos seus integrantes. A edição n. 73, [Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 19 a 30, jul./dez. 2009](#) 5

de 17 de novembro de 1970, trazia na capa a chamada “*O Pasquim* – o jornal com algo a menos”. Os que não foram presos – Marta Alencar, Millôr Fernandes, Henfil e Miguel Paiva – continuaram editando *O Pasquim* com a ajuda de jornalistas e intelectuais que enviavam colaborações para a redação do jornal.

Como esse é um trabalho de História, é imprescindível esclarecermos aos nossos alunos o que é História. Muitas são as respostas que podem ser relacionadas à questão. No nosso caso, optamos por aquela definida por Marc Bloch: História é “a ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001: 55). Por ser ciência, está sujeita a ter metodologia e fonte. Enquanto metodologia, utilizaremos a análise contextualizada do conteúdo expresso por nossas fontes (charges) em uma relação de complementaridade à do texto, procurando dimensionar a interação da forma mais equilibrada possível. E no tocante às fontes, escolhemos arbitrariamente aquelas charges que nos pareceram mais significativas para os nossos propósitos, quer sejam, trabalharmos-as enquanto instrumento capaz de proporcionar reflexões de cunho social, portanto, histórico, pois através delas podemos perceber “uma gigantesca produção voltada para o entretenimento que serve como fonte para o estudo da história, ou pelo menos do meio em que foram produzidas, bem como seu modo de ver a sociedade ou fatos históricos, o tipo de mensagens que carregam, etc.” (CASTRO; BONOW; LUCAS, 2002: 163).

As campanhas institucionais do período Médici eram alvo das piadas do jornal. “*Pasquim*: ame-o ou deixe-o”, era uma clara alusão à propaganda alienante realizada pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). Esta assessoria era composta por jornalistas, psicólogos e sociólogos que decidiam sobre os temas e o enfoque geral, contratando posteriormente agências de propaganda para produzir documentários para a televisão e o cinema, além de matérias para os jornais.

As mensagens de “Brasil: ame-o ou deixe-o”, “Você constrói o Brasil”, “Brasil, conte comigo!” se destinavam, segundo o coronel Octavio Costa, chefe da AERP, a fortalecer “uma saudável mentalidade de segurança nacional, que é indispensável para a defesa da democracia e para a garantia do esforço coletivo com vistas ao desenvolvimento”.³ Várias foram as

³ *O Pasquim*, n.45, 3 a 10 de maio de 1970, p.32.

charges que os humoristas do *Pasquim* realizaram a respeito dessas frases de efeito. Eles desmistificavam a idéia que os militares tentavam passar de um Brasil grandioso, em franco desenvolvimento e progresso.

Para Carlos Fico, neste momento criou-se uma nova modalidade de fazer propaganda no Brasil, “que se amparava nos modernos recursos oferecidos pelos meios de comunicação de massa e que absorvia e recriava padrões de comportamento, crenças, instituições e outros valores espirituais e materiais tidos como formadores da sociedade brasileira” (FICO, 1997:100).

Uma das críticas feitas ao *slogan* do “Brasil: ame-o ou deixe-o” era que este não passava de uma cópia da campanha do governo norte-americano em virtude da guerra do Vietnã, em 1968: USA: Love it or leave it”. Além disso, essa campanha promovida pela AERP também visavam ao combate das denúncias à ditadura brasileira que estavam sendo realizadas no exterior, principalmente por parte de exilados. A campanha publicitária governamental foi conteúdo de várias matérias d’*O Pasquim*, entre elas, uma série de charges feitas por Ziraldo: como pode o Brasil, que é um país em plena expansão econômica onde há uma democracia na qual não se tortura (como disse o ditador Médici no discurso de posse), ser abandonado pelo seu melhor cidadão, Deus?



O Pasquim, n. 55, 9 a 15 de julho de 1970, 24.

O Brasil foi tomado por uma euforia em razão da conquista do tricampeonato na Copa do Mundo, em 1970. A equipe da AERP logo tomou proveito dessa situação, compondo a popular marchinha “Pra frente Brasil” e criando o *slogan* “Ninguém segura mais este país”. Jaguar contrastou a campanha que o governo Médici realizou durante a conquista do tricampeonato com a desigualdade econômico-social que existia (e ainda existe) no Brasil. Ele fez uma charge mostrando um casal de favelados no morro, segurando a bandeira do Brasil,

com os versos de Drummond: “E agora José, a festa acabou, o povo foi embora, a noite esfriou. E agora, José?”. Durante a prisão de Jaguar, no inquérito policial, ele viu que o nome de Carlos Drummond de Andrade constava da lista das pessoas que iam ser presas, por causa dos versos citados no *Pasquim* (JAGUAR, 1981).



O Pasquim, n. 54, 2 a 8 de julho de 1970, contracapa.

Os assuntos geralmente proibidos pela censura eram as atividades estudantis, os movimentos trabalhistas, pessoas privadas de seus direitos políticos e críticas à economia (era considerado “terror financeiro”). Além disso, a censura proibia críticas ao sistema habitacional, propaganda do homossexualismo e do amor livre e divulgação das divergências da Igreja com o regime. As notícias mais sensíveis eram as que faziam referência aos militares. Qualquer assunto que pudesse causar desconforto nas Forças Armadas, ou tensão entre os militares e a população, era censurado. Para Skidmore, “a censura era simplesmente o reverso da campanha de propaganda do Planalto conduzida pela AERP” (SKIDMORE, 1988:267).

No intuito de aumentar a repressão, a censura prévia, na qual era exigido o envio de todos os originais a Brasília, foi instalada no *Pasquim* e em outros jornais da imprensa alternativa. Entretanto, os jornalistas e humoristas deste semanário não podiam colocar nenhuma marca que demonstrasse que o jornal estava sendo censurado, como, por exemplo, as poesias de Camões ou as receitas de culinária. Através da censura prévia, o regime militar foi submetendo aos poucos a imprensa alternativa a uma verdadeira asfixia, pois, no momento em que se restringem as matérias publicadas, descaracterizando as publicações, o público começa a se desinteressar. Por trás da represália política, há o boicote financeiro, numa tentativa de enfraquecimento econômico, além de “as publicações censuradas sofrerem o

prejuízo maior que é o da sua mutilação” (JAGUAR, 1981:102). Aos censores era recomendado que, na dúvida, deviam cortar a matéria.

Millôr Fernandes foi um dos principais integrantes d’*O Pasquim* que ironizava constantemente a censura imposta às redações, assim como a autocensura da grande imprensa. Na charge abaixo, percebe-se como o desenhista “autocensura-se” e não se atreve a falar contra o governo militar.



O Pasquim, n. 43, 12 a 18 de fevereiro de 1970, p. 33.

Nos primeiros meses do governo Geisel, ocorreram alguns sinais de abertura política. A censura prévia foi retirada de *O Estado de São Paulo*, *Veja*, *O Pasquim*, mas continuou em *Tribuna da Imprensa*, *São Paulo*, *Opinião*. Isto era um claro aviso aos jornais que não eram mais censurados, pois, apesar da censura recém abolida, ela poderia voltar a qualquer momento. Esse fato pode ser claramente percebido na primeira edição do *Pasquim* sem censura prévia, o n. 300, que, mesmo sem censura, foi apreendido. Num enérgico editorial, Millôr Fernandes confrontava a censura à imprensa e os seus meios de ação:

Cinco anos depois, tão misteriosamente como começou – ‘ordens superiores’ – a sinistra censura sobre este jornal se acabou. (...) ‘Vocês agora não precisam mandar mais nada para a censura’. Mas, vício do ofício, não conteve a ameaça ‘Agora a responsabilidade é de vocês’. (...) que tivesse havido tantas prisões, no Pasquim, por crime de imprensa, estando o jornal sob censura prévia. O fato é que, mesmo sob censura prévia, a responsabilidade sempre foi nossa. (...) Dez dos principais redatores ficaram presos durante exatamente dois meses, sessenta dias, sem culpa formada, com interrogatórios constantes mas sem nexos, até que, muito tempo depois de todos soltos, o inquérito foi arquivado. (...) Agora o Pasquim passa a circular sem censura. Mas sem censura não quer dizer com liberdade. Pois a ordem de liberação, como a ordem de repressão, não partiu de nenhuma fonte identificável. (...) (MACHADO, 1978:120).

Através do editorial de Millôr Fernandes, consegue-se vislumbrar o que foi a censura e os seus paradoxos, como um poderoso instrumento coercitivo na sustentação de um regime autoritário como foi esse regime de exceção.

Durante a ditadura civil-militar, vários foram os mecanismos de submissão e repressão à classe operária: o controle e a perseguição dos sindicatos, a promulgação da Lei de Greve (que somente tornava legais as greves consentidas pelo governo, ou seja, a Lei de Greve funcionou como uma verdadeira Lei Antigreve), a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que acabou com a estabilidade do trabalhador, entre outros. O arrocho salarial que o operariado sofreu – devido à expropriação do seu trabalho – levou a um aumento do nível de vida da classe média durante o regime militar. Além disso, com a expansão do crédito ao consumidor, houve o aumento da demanda de bens duráveis, ampliando a participação da classe média neste patamar de consumo. Dessa forma, beneficiada economicamente, a classe média, na sua maioria, passou a legitimar o governo militar ou, ao menos, a se omitir da atividade política. Em novembro de 1970, o partido da situação, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), foi vitorioso nas eleições para o poder Legislativo nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

A classe média e sua omissão/conivência foi duramente criticada pelos jornalistas, como na série de charges elaboradas por Henfil, intitulada “Pequeno dicionário da classe média”, na qual a frase “alguma ele fez” permitia às pessoas da classe média se eximirem:



O Pasquim, n. 200, 1 a 7 de maio de 1973, p. 16.



Em nosso entendimento, não é necessário trabalhar com uma profusão de charges. Podemos claramente trabalhar com poucas, devido inclusive ao número de aulas de História cada vez mais exíguo, desde que sejam manejadas de forma consciente e crítica, procurando articular o universo conceitual dos alunos, fato existente, porém ainda não sistematizado, com a realidade histórica. Ademais, seria desnecessário, a nosso ver, trabalhar com charges numa perspectiva apenas lúdica, dado que a sociedade na qual vivemos está sobrecarregada de imagens. O que falta, ainda, em nossa sociedade, é a agudização da capacidade de análise social, e este é um dos principais compromissos que o professor de História deve assumir.

REFERÊNCIAS

BERGER, Christa. Imprensa, poder e contestação: ontem e hoje. Como será o amanhã? In: HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). *1968: Contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003, p. 53-63.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CASTRO, Nilo; BONOW, Stefan; LUCAS, Taís. Imagens da história na indústria cinematográfica. In: CORSETTI, Berenice et al (orgs.) *Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar*. Porto Alegre: EST, 2002, p. 162-180.

FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. *Censura & liberdade de expressão*. 2. ed.. São Paulo: Editau, 1975.

FERNANDES, Ananda Simões. A reação da imprensa alternativa à censura durante os “anos de chumbo” (1969-1974): o caso do semanário *O Pasquim*. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A. B. (orgs.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 195-204.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JAGUAR. Imprensa alternativa. In: *A IMPRENSA em debate*. Entrevistas a Moacir Pereira. Florianópolis: Lunardelli/ Assembléia Legislativa, 1981. p. 85-108.

KARNAL, Leandro. Da acrópole à agora. In: CORSETTI, Berenice et al (orgs.) *Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar*. Porto Alegre: EST, 2002, p.15-26.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

MACHADO, José Antônio Pinheiro. *Opinião x censura: momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

PADRÓS, Enrique Serra. Papel do professor e função social do magistério: reflexões sobre a prática docente. In: CORSETTI, Berenice et al (orgs.) *Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar*. Porto Alegre: EST, 2002, p. 37-47.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. O que e como ensinar: por uma História prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 17-36.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.